



UMA LINHA DO TEMPO: DA LEITURA A LITERACIA DIGITAL NA ESCOLA

Eixo 01 - Educação e Comunicação

Cláudia Nascimento dos Ramos¹
Universidade Tiradentes
doutorada_claudio@souunit.com.br

Ronaldo Nunes Linhares²
Universidade Tiradentes
ronaldo.nunes@souunit.com.br

RESUMO

A literacia digital é uma competência essencial na sociedade contemporânea, abrangendo habilidades para usar tecnologias digitais de forma crítica e ética. O objetivo desse texto é o de explorar conceitos e práticas da literacia digital. Trata-se uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentando-se nas contribuições de Paulo Freire, Mário Kaplún e Ronaldo Linhares, especialmente sobre literária digital e o aprendizagem. Considera-se que a integração da literacia digital no ensino-aprendizagem enfrenta diversos desafios, incluindo a falta de infraestrutura tecnológica, a necessidade de formação contínua de professores e a resistência a mudanças pedagógicas

Palavras-Chave: Escola; Leitura; Literacia digital; letramento.

ABSTRACT

Digital literacy is an essential skill in contemporary society, encompassing abilities to use digital technologies critically and ethically. The aim of this text is to explore concepts and practices of digital literacy. This is a qualitative research with a bibliographic approach, based on the contributions of Paulo Freire, Mário Kaplún, and Ronaldo Linhares, particularly concerning digital literacy and learning. It is considered that the integration of digital literacy in teaching and learning faces various challenges, including the lack of technological infrastructure, the need for continuous training of teachers, and resistance to pedagogical changes.

Keywords: School; Reading; Digital literacy; Literacy.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes (2025)

² Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Brasil (2003)



INTRODUÇÃO

Na linha do tempo intitulada “Da Leitura à Literacia Digital”, evidenciam-se marcos históricos, teóricos e tecnológicos que, ao longo dos séculos, transformaram significativamente os modos de ler na sociedade ocidental, com ênfase no contexto brasileiro. Nesse percurso, a aquisição e o aprimoramento da competência leitora configuram-se como elementos centrais e permanentes na história da educação no Brasil, constituindo-se não apenas como um direito fundamental, mas também, como condição indispensável para o exercício pleno da cidadania e para a inserção crítica dos sujeitos nas práticas sociais de leitura, especialmente no cenário contemporâneo marcado pela cultura digital.

Historicamente, a aquisição e o desenvolvimento da capacidade de leitura constituem-se como pilares centrais da educação brasileira, sendo condição indispensável para o acesso ao conhecimento e para a participação plena na vida social. Contudo, apesar de seu reconhecimento como direito fundamental, a realidade educacional do país ainda revela desigualdades profundas no domínio dessa competência, especialmente nas escolas públicas que atendem populações de contextos populares.

O domínio da leitura vai além de decodificar palavras: envolve compreender, interpretar e mobilizar saberes para interagir com o mundo. Essa dimensão crítica e transformadora é particularmente relevante no século XXI, marcado por um fluxo incessante de informações e pela necessidade de discernir entre múltiplas vozes e novas perspectivas democratizadas através do mundo digital. Ler passou a ser não apenas uma habilidade altamente cognitiva aprendida através de processos educativos e experiências comunicacionais, mas sim, além disto, uma habilidade adquirida por meio da aprendizagem e da prática que implica uma percepção das relações entre o texto e o contexto, entre o real e o fake, entre o domesticador e o libertador que permite o acesso ao conhecimento desenvolvendo habilidades cognitivas, como o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de análise e construção de uma compreensão.

Ler na literacia digital significa instaurar um processo dinâmico e dialético, no qual o movimento entre o mundo e a palavra — e da palavra ao mundo — assume novas camadas de complexidade diante das múltiplas linguagens e mídias que compõem o ecossistema comunicacional contemporâneo (FREIRE, 2021). Nesse sentido, a leitura deixa de ser uma prática restrita à decodificação linear de signos, para se tornar um ato de interpretação crítica, situado histórica e culturalmente que exige do leitor não apenas a compreensão do texto em si, mas também



a capacidade de identificar intencionalidades, discursos implícitos, relações de poder e significados que emergem de contextos digitais plurais e multimodais.

Na perspectiva de Paulo Freire (2021), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, o que implica compreender que o desenvolvimento da habilidade de ler só adquire sentido pleno quando conectada às experiências concretas dos sujeitos “expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos” (Freire, 2021, p. 12). Aplicada à realidade da sociedade digital, essa premissa evidencia que os estudantes já interagem com textos multimodais e hipertextuais antes mesmo de ingressarem em processos escolares formais. Negligenciar esse repertório cultural e digital significa reforçar o abismo entre a escola e a vida cotidiana dos alunos.

A prática pedagógica, portanto, deve integrar a leitura escolar à leitura do mundo, reconhecendo as linguagens digitais como desdobramentos legítimos e potentes das práticas leitoras. Assim, a literacia digital, quando concebida na perspectiva freireana, promove a emancipação do sujeito, pois integra a análise crítica à experiência concreta do mundo vivido, articulando a prática leitora com a ação transformadora e consciente na realidade social.

No contexto atual, a leitura é não apenas um instrumento de aprendizagem, mas também uma ferramenta de inclusão e de cidadania. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental II enfatiza o desenvolvimento da competência leitora como eixo estruturante da área de Linguagens, demandando que os estudantes sejam capazes de compreender e produzir textos em múltiplas linguagens e suportes. Isso inclui, necessariamente, a capacidade de transitar entre o impresso e o digital, articulando conhecimentos prévios com informações novas e avaliando criticamente a confiabilidade das fontes. Na sociedade digital, a ausência dessa competência aprofunda desigualdades, pois o acesso à informação não se traduz automaticamente em compreensão e uso crítico do conhecimento.

Diante dessa realidade, investir no desenvolvimento leitor significa promover a autonomia intelectual dos estudantes e ampliar sua capacidade de participação social. Nesse sentido, a escola deve assumir o compromisso de formar leitores críticos, aptos a interpretar e ressignificar as mensagens que circulam em diferentes contextos — acadêmicos, profissionais ou culturais. Tal compromisso exige não apenas a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras, mas também uma compreensão aprofundada das práticas de leitura contemporâneas, que articulam linguagens verbais, visuais, sonoras e interativas. Em um cenário de rápidas transformações tecnológicas e



informacionais, a leitura crítica configura-se como um ato político, pois, como defende Freire, possibilita ao sujeito compreender o mundo e nele intervir de maneira consciente e transformadora.

Historicamente, entretanto, o ensino da leitura no Brasil foi marcado por um viés restritivo e excludente. Nos primórdios da educação, fortemente influenciada pelos métodos tradicionais de alfabetização herdados dos colonizadores, a leitura era concebida como mera decodificação de símbolos, sem foco na compreensão crítica, permanecendo restrita às elites por razões socioeconômicas, culturais e estruturais em uma sociedade hierarquizada. Sob a administração da Igreja Católica, especialmente dos jesuítas, as escolas seguiam rígidas normas disciplinares e currículos inspirados no modelo europeu, direcionados à formação dos filhos da elite para a manutenção do poder e da fé católica. A localização das instituições em centros urbanos e os altos custos de acesso inviabilizavam a participação das camadas populares, enquanto o analfabetismo generalizado funcionava como mecanismo de controle social, limitando a possibilidade de questionamento à ordem vigente.

Esse panorama começou a se modificar de forma gradual com as reformas educacionais e os movimentos em prol da democratização do ensino, que buscaram ampliar o acesso e a permanência escolar. Contudo, as desigualdades estruturais e as assimetrias no desenvolvimento das competências leitoras permanecem como desafios persistentes, exigindo da escola contemporânea não apenas a superação de lacunas históricas, mas também a capacidade de responder às demandas de uma sociedade cada vez mais marcada pela cultura digital e pela circulação intensa de informações em múltiplos formatos e suportes.

Através de uma pesquisa de natureza bibliográfica, elaborou-se uma linha do tempo da educação brasileira que trata da leitura e da literacia digital, destacando conceitos e práticas, sobretudo de Freire, Kaplún e Linhares, especialmente em relação à literacia digital e ao aprendizado da leitura.

LEITURA E LITERACIA: ASPECTOS CONCEITUAIS

Com o desenvolvimento social, econômico e político da sociedade brasileira, o conceito de leitura passou por profundas transformações. À medida que o país se moderniza, novas demandas educacionais aparecem, exigindo não apenas a habilidade de decodificar palavras, mas, sobretudo de interpretar e produzir sentidos em diferentes contextos e linguagens. A Revolução Industrial, a urbanização e o crescimento dos meios de comunicação ampliaram o acesso à informação e



exigiram novas habilidades dos cidadãos³ em geral.

Ler se tornou uma habilidade não restrita à decodificação. Ler se tornou em entender e interpretar os textos, ler sem compreender não é ler. Considerando, pois, esse panorama nacional, a leitura passa a ser considerada a partir da concepção interacionista da leitura, concebendo-a como:

[...] o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade. (Freire, 2019, p.22)

No final do século XX, a expansão do sistema educacional brasileiro e as reformas educacionais refletiram uma compreensão mais ampla da leitura entendendo-a não apenas como uma habilidade técnica, mas como uma prática social complexa que envolve a compreensão e interpretação de textos em diferentes contextos. Isso significa que a leitura deve ser entendida em relação ao seu uso e função na vida cotidiana das pessoas, ou seja, deve ser entendida como letramento, o uso competente e funcional da leitura e da escrita em práticas sociais inseridas em um contexto sociocultural específico.

O ensino da leitura começa a ser entendido levando em consideração o contexto em que os alunos vivem, incluindo suas experiências, conhecimentos prévios e a cultura local tornando o aprendizado mais relevante e significativo. Os textos a serem estudados seriam oriundos de uma diversidade textual que ajudaria os alunos a compreenderem a multiplicidade de funções e formas que a leitura pode assumir. Isso inclui não apenas textos literários e informativos, impressos ou digitais, mas também textos do cotidiano, como receitas, anúncios, cartas, entre outros.

Essa guinada teórica foi impulsionada por teóricos da educação que destacavam a importância da leitura para a formação do pensamento crítico e para a participação cidadã. A leitura, para teóricos como Magda Soares (1998, 2004; 2016), Paulo Freire (1968) e Roxane Rojo (2023), teria um impacto profundo e multifacetado no entendimento das pessoas, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e intelectual.

A escola seria encarada como um mediador desempenhando um importante papel na

³ A cidadania é entendida neste estudo como “um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.” (Dallari, 1998, p. 14)



formação e desenvolvimento dos alunos, atuando como um elo entre os estudantes, o conhecimento e a sociedade. A mediação escolar envolve facilitar o aprendizado, promover a inclusão social e cultural, e preparar os alunos para a cidadania ativa.

Na escola, a produção de saberes seria conduzida a partir de processos comunicativos eficazes. Esses processos comunicativos referem-se às diversas maneiras pelas quais os seres humanos trocam informações, ideias, sentimentos e significados. Os processos comunicativos são complexos e multifacetados, envolvendo uma combinação de elementos, tipos, modelos e competências. Esses processos são fundamentais para a interação social, a construção do conhecimento e o funcionamento das sociedades (Martín-Barbero, 2003). A aprendizagem é um processo intrinsecamente comunicativo e dialógico, na compreensão de Freire (1968), pois todas as relações são relações comunicativas e a escola seria apenas mais um espaço comunicativo social.

Na sociedade digital, a escola deixa de ocupar a posição hegemônica de única instância legitimada para a produção e transmissão do saber, passando a configurar-se como um entre diversos espaços de acesso, construção e circulação do conhecimento. O avanço das tecnologias da informação e comunicação, associado à expansão da internet e das redes sociais, descentralizou as fontes de aprendizagem e democratizou, ainda que de forma desigual, a produção e o compartilhamento de saberes. Plataformas digitais, ambientes colaborativos, comunidades virtuais e canais de mídia alternativa possibilitam que sujeitos de diferentes contextos participem ativamente da construção de conhecimento, questionando narrativas únicas e ampliando repertórios culturais.

Nessa direção, independente da sua configuração analógica ou digital, ler é poder, pois a leitura fornece às pessoas o conhecimento e as habilidades necessárias para exercer influência, tomar decisões informadas, não ser enganada por falsas informações e participar plenamente na sociedade. A leitura é uma ferramenta poderosa de empoderamento pessoal, social e de exclusão de alienação⁴.

Desde o início da educação brasileira, o desenvolvimento da leitura tem sido negligenciado para a massa da população, pois a leitura pode ser considerada "perigosa" para as elites em determinados contextos históricos e sociais, principalmente quando a disseminação da alfabetização e do acesso à informação ameaçam as estruturas de poder estabelecidas, pois a leitura proporciona às pessoas o conhecimento e a capacidade de questionar e desafiar as normas e autoridades

⁴ Alienado é entendido neste texto enquanto o indivíduo incapaz de compreender o todo e se percebe dentro deste todo. O alienado não consegue compreender o sistema e romper com suas amarras.



estabelecidas permitindo que os cidadãos avaliem e questionem as ações e políticas das elites levando a uma maior demanda por transparência, responsabilidade e democracia por parte dos políticos e da elite.

O acesso a textos e literaturas que discutem direitos humanos, igualdade e justiça social pode inspirar movimentos sociais e políticos. Dentre estas literaturas, encontramos as ideias de Paulo Freire que, historicamente, tem mobilizado pessoas a lutar contra a opressão com uma alfabetização crítica. A conscientização política e social empodera as massas a exigir mudanças e justiça social.

Assim, a alfabetização freireana é integrada com a conscientização crítica e a transformação social. Freire compreendia a educação como um processo de libertação contínua, como uma ferramenta poderosa para a transformação social, pois acreditava que a educação tem como função capacitar os oprimidos a lutar contra a injustiça e a desigualdade. Para Freire, a escola é um agente social transformador cuja abordagem deve ser mediadora, crítica e integradora dialogando com as múltiplas linguagens e com as experiências de aprendizagem que ocorrem fora de seus muros.

Ao reconhecer-se como parte de um ecossistema mais amplo e complexo, a instituição escolar reafirma sua relevância não pela exclusividade do saber que detém, mas pela capacidade de orientar, problematizar e articular conhecimentos em prol da formação crítica e cidadã. A educação freiriana é um processo de libertação e conscientização. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, pois é a partir da compreensão de seu contexto de vida que os indivíduos começam a interpretar e transformar seu entorno.

Contudo, com o avanço tecnológico das últimas décadas, a sociedade requer indivíduos que possuam uma competência leitora complexa para que esta possa se desenvolver economicamente tendo a mão de obra de que necessita. Trata-se da capacidade de compreender, interpretar, analisar criticamente e produzir sentidos a partir de diferentes tipos de textos, considerando seus contextos de produção, circulação e recepção. Essa competência envolve dimensões cognitivas, linguísticas, sociais e culturais (BNCC, 2027). A sociedade moderna tecnológica exige, portanto, um cidadão que compreenda o mundo ao seu redor, saiba usar o aparato tecnológico, reflita sobre sua própria vida e atue como cidadãos informados e críticos.

As tecnologias digitais abrem um novo caminho, novas oportunidades e novos desafios para os educadores. Elas tornam as informações mais acessíveis inseridas num contexto de



desenvolvimento tecnológico, social e econômico impulsionado pelo mercado e pela aquisição de capital. Este novo contexto traz consequências sociais importantes, tais como, concentração do poder nas corporações globais multimídias, desigualdade de acesso da população e democratização na produção de conteúdo digital (consumidores se tornam também produtores de conteúdo).

A perspectiva ampliada do letramento tem implicações importantes para a prática educacional, destacando a necessidade de abordagens pedagógicas que valorizem as experiências e os conhecimentos prévios dos alunos, bem como promovam uma compreensão crítica das práticas letradas e de seu papel na construção de identidades individuais e coletivas. Letramento é, portanto, fazer uso competente e significativo da leitura e da escrita nas práticas sociais (Soares, 2016).

Com o progresso social e comunicacional moderno, o desenvolvimento do letramento para a literacia digital tornou-se um tema essencial na era contemporânea digital. Nesse sentido, a tecnologia desempenha um papel crucial na comunicação, educação e no cotidiano das pessoas. A literacia digital vai além do simples uso de dispositivos tecnológicos; ela envolve a capacidade de ler, localizar, avaliar, utilizar e criar informações usando a tecnologia de maneira crítica e ética. A literacia digital é compreendida enquanto uso da informação em múltiplos formatos digitais.

O letramento e a literacia digital, embora sejam conceitos distintos, estão intrinsecamente relacionados e se complementam de maneira significativa na sociedade contemporânea. Ambos desempenham um papel crucial na capacitação dos indivíduos para a participação ativa e crítica na era digital, mas suas definições e implicações diferem em escopo e aplicação.

A correlação entre literacia digital e letramento é evidente quando consideramos o impacto da tecnologia na comunicação e no acesso à informação. O letramento é a base sobre a qual a literacia digital é construída. Sem a habilidade básica de ler, escrever e compreender, a navegação eficaz no ambiente digital seria impossível. No entanto, a literacia digital expande essa base ao introduzir novas competências, tanto técnicas quanto sociais, necessárias para a interação com tecnologias digitais.

No contexto educacional, a integração dessas duas formas de letramento é essencial para preparar os alunos para as demandas sociais vigentes. É vital que haja o desenvolvimento simultâneo de habilidades de letramento e literacia digital para melhorar significativamente a aprendizagem dos estudantes, pois à medida que a tecnologia avança e se integra em todos os aspectos da vida, desde a educação e o trabalho até o lazer e a comunicação.

Além disso, a literacia digital enriquece o letramento tradicional ao introduzir novas



formas de expressão e comunicação digitais. Ferramentas digitais, como blogs, redes sociais e plataformas de criação multimídia, oferecem aos indivíduos novas maneiras de compartilhar suas ideias e participar de conversas globais, além de uma gama infinita de possibilidades de construção de textos multimodais.

Devido à rápida evolução das tecnologias digitais, impulsionada pela onipresença de dispositivos conectados à internet e pela expansão das plataformas digitais, o letramento e a literacia digital são habilidades que precisam ser continuamente desenvolvidas e atualizadas ao longo da vida. Isso inclui aprender novas ferramentas e plataformas digitais, assim como adaptar-se às mudanças nas práticas de comunicação e informação online. A educação precisa estar conectada com o seu tempo.

No mercado de trabalho, a capacidade de navegar e utilizar ferramentas digitais é cada vez mais valorizada, influenciando a empregabilidade e o desenvolvimento profissional. Além disso, no âmbito social e cívico, a literacia digital é crucial para a participação ativa e informada nas democracias modernas como a brasileira.

No entanto, apesar do consenso sobre a importância da literacia digital, há uma crescente preocupação com as desigualdades no acesso e no desenvolvimento dessas habilidades. Estudos indicam que fatores socioeconômicos, geográficos, tecnológicos e educacionais influenciam significativamente a literacia digital dos indivíduos, proporcionando um tipo de exclusão social. Essa exclusão não se refere apenas à diferença no acesso à tecnologia, mas também às disparidades na capacidade de usá-la de maneira eficaz e significativa.

KAPLÚN E A PERSPECTIVA TÉCNICA E SOCIAL DA LITERACIA DIGITAL

Atualmente, vivemos numa sociedade midiática na qual os meios de comunicação e as mídias desempenham um papel central na formação da sociedade, na disseminação das informações e na modelagem das práticas culturais e sociais. Os sujeitos sociais desta sociedade precisam estar preparados para produzir e consumir textos audiovisuais e multimodais a partir de competências digitais específicas. É necessário que estes sujeitos entendam adequadamente o funcionamento dos meios, pois entender como funciona é item básico para produzir os conteúdos de que necessita. O sujeito social precisa adquirir competência digital para dominar os dispositivos digitais inseridos socialmente e necessários à interação social.



Neste contexto, o teórico Mario Kaplún⁵ refletiu sobre conceitos como educação, comunicação, representatividade e mediação numa perspectiva comunicacional. Para Kaplún, a pedagogia da comunicação deve “servir” a educação transformando-a em um processo mais assertivo e pertencente ao educando. Kaplún argumenta que a comunicação deve ser dialógica e participativa, promovendo a conscientização e a transformação social. Ele critica a comunicação de massa tradicional por ser unidirecional e manipuladora, sugerindo que uma verdadeira comunicação deve envolver um intercâmbio de ideias e experiências entre os emissores e os receptores.

O autor elabora uma abordagem educativa centrada na comunicação como eixo fundamental do processo de ensino-aprendizagem dentro da literacia digital. Para ele, todo processo educativo implica num processo comunicativo que utiliza das diversas linguagens (verbal, visual, corporal etc) e das diversas possibilidades comunicacionais da língua para ser realizado.

Educação sem o uso da comunicação é algo inexistente. Ler e escrever/produzir são ações indicotimizáveis (Freire, 2012, p. 12). Kaplún entende a educação como um processo dinâmico e interativo, não se limitando à mera transmissão de conhecimento ou decodificação de símbolos, de informações a serem conhecidas, mas um processo que abrange uma leitura, uma troca contínua de ideias, experiências e valores entre educadores e educandos gerando para tal um produto seja ele escrito, imagético, sonoro, entre outras formas. Para o autor, o processo educativo precisa priorizar o diálogo, a interação e a participação dos alunos, valorizando as experiências dos educandos e seus conhecimentos prévios. A educação deve partir do conhecido, do cotidiano, do que já foi experienciado para ser ampliado para novos conhecimentos, novas trocas comunicacionais e novas experiências. A escola deve partir da vida e servir aos propósitos da vida.

Neste sentido, para um professor exercer seu papel de mediador, promovendo a interação entre os alunos, os conteúdos de ensino e as experiências vividas, ele precisa conhecer o processo comunicativo, pois na mediação educacional a comunicação está intrinsecamente inter relacionada e integrada em todas as etapas da prática educativa. O processo educativo é concretizado a partir de uma comunicação eficaz, participativa, problematizadora, personalizadora e desafiadora. Um professor/sujeito/mediador precisa se comunicar de maneira eficaz, pois a comunicação é essencial para a construção do conhecimento, do desenvolvimento humano e da prática pedagógica.

⁵ Mario Kaplún (1923–1998) foi um educador, comunicador e teórico uruguaio, considerado um dos principais expoentes da Educomunicação e da comunicação popular na América Latina. Sua obra é marcada por uma crítica profunda aos modelos de comunicação vertical e autoritária, e por uma defesa de práticas comunicativas dialógicas, horizontais e participativas, inspiradas fortemente no pensamento de Paulo Freire.



O professor mediador estimula a participação dos alunos, se preocupa com a contextualização e relevância dos conteúdos educativos, promove o diálogo, incentiva a reflexão crítica e fornece ferramentas e recursos para que os alunos possam explorar, investigar e construir seu próprio entendimento. Para este professor, o erro é considerado como algo produtivo e antecessor do acerto, um elemento do processo de ensino aprendizagem.

Kaplún destaca a importância de considerar tanto as habilidades técnicas quanto as implicações sociais do uso das tecnologias digitais. Segundo o autor, a literacia digital não se resume à capacidade de operar dispositivos, mas também inclui a compreensão dos impactos sociais e culturais dessas tecnologias. Para ele, a sociedade midiática deve ser reestruturada para que os meios de comunicação se tornem instrumentos de educação e emancipação, em vez de ferramentas de dominação e controle. Cada sociedade forma, através dos inúmeros mediadores, dentre os quais a educação se insere, o sujeito ao qual necessita.

PAULO FREIRE E RONALDO LINHARES: POSSÍVEIS CONEXÕES

Estabelecer a relação entre leitura e literacia digital, a partir dos referenciais de Paulo Freire e Ronaldo Linhares, implica retomar princípios fundamentais do pensamento freiriano — como a leitura do mundo, o diálogo e a pedagogia da problematização — e observar como esses princípios são ressignificados por Linhares no contexto da cultura midiática. Nesse sentido, compreende-se que os processos educacionais contemporâneos, marcados pela presença intensiva das tecnologias digitais, exigem novas formas de leitura crítica e participativa, nas quais a literacia digital se torna instrumento de emancipação, conscientização e inserção ativa dos sujeitos nos fluxos comunicacionais da sociedade em rede.

Paulo Freire (2012), um dos maiores teóricos da educação crítica, oferece uma base sólida para a literacia digital. Freire destaca a importância da conscientização crítica e do empoderamento dos indivíduos através da educação. Sua abordagem dialógica e crítica pode ser aplicada à literacia digital para fomentar uma compreensão profunda e crítica das tecnologias digitais e suas implicações sociais.

Freire defende que a educação deve ser um ato de libertação e conscientização, visto que, a aprendizagem é inerentemente um processo comunicativo que deve ser fundamentado no diálogo. Ele critica a "educação bancária", na qual o conhecimento é depositado nos alunos sem uma verdadeira interação ou reflexão crítica.

Freire propõe a educação dialógica. O diálogo entre educador e educandos é central. Esse



processo comunicativo permite que os educandos participem ativamente na construção do conhecimento, refletindo criticamente sobre a realidade e transformando-a. Freire vê a comunicação como um meio para a conscientização, onde os indivíduos tomam consciência de suas condições e se empoderam para agir sobre elas.

Linhares (2007) problematiza o desenvolvimento da chamada sociedade da informação, de sua transformação mercadológica no cenário informacional contemporâneo e da perspectiva da emancipação. O autor analisa a relação da educação com as tecnologias digitais na cibercultura e a importância da escola como um lugar privilegiado no processo de uso dessas tecnologias para a emancipação cidadã.

Para Linhares, a informação auxilia o homem a compreender seu mundo, pois amplia sua compreensão e a reflexão crítica acerca do contexto que o cerca e como este se insere neste contexto. Compreendendo a realidade, o homem pode assim agir sobre ela. Nesta perspectiva, o acesso ao saber é poder, pois só conhecendo a realidade, tomando consciência desta e das relações sociais, o indivíduo tem a possibilidade de, através de uma reflexão crítica, partir para o enfrentamento dos problemas que sentem e vivenciam na experiência real.

A informação possui um importante papel no auxílio do homem a compreender o seu mundo e o seu papel dentro deste mundo. A informação e a comunicação exercem um poder emancipador e crítico. Esta tomada de consciência sobre a importância da informação precisa ser urgente aos indivíduos sociais e a escola é um potente agente de incentivo a esta reflexão. A emancipação, fundamenta a formação política, social e cultural do homem que constrói um projeto de sociedade esclarecida e emancipada (Linhares, 2007, p. 247).

Na cibercultura , os meios de comunicação, especialmente os digitais (internet) podem servir à realização de experiências alternativas e contra hegemônicas. Para ele, a informação possui um papel crucial no auxílio do homem a compreender seu mundo e o seu papel dentro deste mundo. A informação e a comunicação exercem um poder emancipador e crítico.

As ideias de Paulo Freire e de Ronaldo Linhares sobre educação crítica, dialógica e emancipadora são altamente relevantes na sociedade digital contemporânea. A integração dessas ideias com as tecnologias digitais pode transformar a educação, promovendo uma aprendizagem mais inclusiva, crítica e participativa. Ao adaptar os princípios freirianos para a era digital, é possível empoderar os educandos a se tornarem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e consciente, pois valoriza a aprendizagem autônoma; os educandos são incentivados a



tomar controle de seu próprio processo educativo. A sociedade digital, com suas vastas fontes de informação e recursos educacionais, facilita essa autonomia.

A escola precisa começar a descobrir o que os jovens realmente sabem e reconhecer que ainda têm muito que aprender com eles numa interação dialógica. É preciso utilizar os meios de comunicação de forma crítica e criativa. Orientar os jovens sobre as informações errôneas transmitidas pela internet a partir do desenvolvimento de leitores críticos capazes de avaliar e utilizar criticamente a informação transformando-as em conhecimento, pois nenhum meio de comunicação pode ser considerado simplesmente como um veículo neutro a serviço da “informação”.

A sociedade necessita de cidadãos capazes de realizar leituras da sua realidade, de se colocar num lugar não muito desejado pelos padrões capitalistas de manipulação e falseamento da informação. O leitor social protagonista do seu destino, cidadão da sociedade contemporânea ao qual se insere, precisa possuir conhecimento para se enxergar como um sujeito social ativo e se desvencilhar das amarras da dominação.

A literacia digital é um componente vital da cidadania contemporânea, necessitando de uma abordagem integrada que envolva habilidades técnicas, pensamento crítico, práticas educativas e inclusão social.

Neste sentido, para um professor exercer seu papel de mediador, promovendo a interação entre os alunos, os conteúdos de ensino e as experiências vividas, ele precisa conhecer o processo comunicativo, pois na mediação educacional a comunicação está intrinsecamente interrelacionada e integrada em todas as etapas da prática educativa.

O professor mediador estimula a participação dos alunos, se preocupa com a contextualização e relevância dos conteúdos educativos, promove o diálogo, incentiva a reflexão crítica e fornece dispositivos e recursos para que os alunos possam explorar, investigar e construir seu próprio entendimento.

No processo educacional amplo e diversificado, constituído por inúmeros sujeitos educacionais, a diversidade de linguagens e mídias na comunicação educativa deve ser sempre pensada reconhecendo que diferentes formas de expressão podem facilitar a compreensão e o engajamento dos estudantes. A diversidade de linguagens e mídias proporciona uma educação mais participativa, democrática e centrada no aluno respeitando suas características culturais, etárias, sociais, históricas e individuais.



A educação, assim constituída, reconhece a diversidade de experiências, de contextos, de habilidades e de conhecimentos dos alunos, adaptando sua prática pedagógica para atender às necessidades individuais de cada estudante oportunizando que o discente exerça um papel ativo em seu próprio processo de aprendizagem, desenvolvendo autonomia, criatividade, habilidade comunicacional e pensamento crítico.

Praesent nec lacus enim. Morbi diam mi, imperdiet id congue convallis, rutrum vel tortor. Morbi vehicula nulla et mauris dictum id vehicula purus sagittis. Aliquam erat volutpat. Sed odio nibh, mattis at luctus luctus, commodo elementum eros. Sed ut dignissim tortor. Cum sociis natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. (Amaral, 2000, p. 86)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrar as perspectivas de Kaplún, Linhares e Paulo Freire nos permite ver a sociedade midiática como um espaço de potencial transformação e emancipação. Os teóricos enfatizam a importância da comunicação dialógica e participativa para a conscientização e a transformação social. Enquanto Kaplún critica a comunicação de massa tradicional e propõe uma comunicação educativa, Freire e Linhares destacam a importância da educação crítica e da participação ativa dos educandos. O conceito de sociedade midiática, segundo Mario Kaplún e Paulo Freire, é fundamentalmente relacionado à ideia de emancipação (produtor e consumidor digital) e transformação social através da comunicação e da educação. As contribuições desses teóricos oferecem uma base sólida para a compreensão crítica da mídia e suas potencialidades para promover uma sociedade mais justa e participativa.

A integração da literacia digital no ensino-aprendizagem enfrenta diversos desafios, incluindo a falta de infraestrutura tecnológica, a necessidade de formação contínua de professores e a resistência a mudanças pedagógicas. No entanto, as perspectivas são promissoras, pois a literacia digital pode transformar a educação, tornando-a mais inclusiva, participativa e alinhada com as demandas do mundo contemporâneo.

É necessário integrar a literacia digital no currículo escolar sugerindo estratégias pedagógicas que podem ser adotadas para promover a literacia digital entre os estudantes, como o uso de projetos colaborativos e a incorporação de ferramentas digitais no ensino. Para tanto é



SIMEDUC

12º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação
3º Fórum Permanente Paulo Freire

22 a 24 de outubro de 2025

ISSN: 2179-4901

necessária uma formação de professores nas tecnologias digitais, utilização de ambientes de aprendizagem virtuais que facilitem a aprendizagem colaborativa e autônoma e avaliação contínua e formativa utilizando dispositivos digitais para fornecer feedback contínuo e personalizado aos alunos, ajudando-os a monitorar seu próprio progresso e a desenvolver competências de autoavaliação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 52. ed. São Paulo: Cortez, 2021. ISBN 978-65-5555-130-3.

_____. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 91ª edição, 2019.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. Letramentos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

KAPLÚN, Mario. Pedagogía de la comunicación. En: Voces y Culturas, 11/12, 1997, pp.69-88.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINHARES, R. Nunes. Gestão em Comunicação e Educação: o audiovisual no espaço escolar. Maceio; Edufal, 2007. Capit. 1, p 21 a 52.

LOUREIRO, M. J., MBANDJE, D. C., & LUCAS, M. (2023). Competência Digital e Alfabetização Informacional: Esclarecendo Conceitos a partir de uma Revisão de Literatura. Educational Media Internacional, Volume 60, páginas 306-316. DOI: [https://doi.org/10.1080/09523987.2023.2324584]. Acesso em 05 de maio de 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003

ROJO, Roxane. Escola conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.